

Introdução à Educação Inclusiva



- ✓ Definição de Educação Inclusiva
- ✓ Marcos importantes
- ✓ Desafios da Educação Inclusiva
- ✓ Redes de apoio

“

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire



”

Para começar a conversa

É uma alegria ter você conosco nesta jornada pela Educação Inclusiva. Ao longo do curso, todas as práticas sugeridas serão discutidas à luz de teorias educacionais e da vivência de educadores de diferentes regiões do Brasil.

Você vai aprender sobre o conceito de Educação Inclusiva, sua origem e trajetória no contexto brasileiro, além de conhecer os principais movimentos e ações que, por meio das Políticas Públicas Educacionais, moldaram esse cenário em nosso país. Nossa abordagem será centrada no PAEE (Público-Alvo da Educação Especial), que visa garantir a inclusão de estudantes com deficiência na escola regular.

Esse público inclui estudantes com deficiência auditiva, física, intelectual, mental-psicossocial, visual, múltipla, com Transtorno do Espec-

tro Autista (TEA) e/ou com Altas Habilidades/Superdotação. A inclusão desses estudantes na rede regular de ensino será um dos principais focos da nossa caminhada formativa. Por fim, você compreenderá como a Educação Inclusiva pode ser aplicada em sala de aula de forma efetiva, afetiva e respeitosa.

A partir de exemplos práticos, será possível visualizar estratégias valiosas para o planejamento e a condução das suas aulas, promovendo um ambiente de aprendizagem acolhedor para todos os estudantes.

Vamos começar? Nossa primeira parada será o conceito de inclusão – ponto de partida essencial para alinharmos os conhecimentos prévios e construirmos, juntos, uma base sólida para os próximos passos.



“

Em que mundo as crianças PAEE vivem, ou viverão? Em um mundo protegido? Em um mundo especial? Não! O mundo em que elas vivem é (ou deve ser) o mundo de todos nós, com suas contradições, dificuldades, frustrações, alegrias, recompensas, prazeres. Mantê-las separadas, protegidas, significa nada mais do que endossar suas limitações. Buscamos justamente o avesso da segregação. Nossas escolas devem possibilitar a convivência e permanência dos alunos PAEE com outras crianças, pois isso significa trazê-las para o mundo tal como ele é, com todas as suas diversidades e diferenças. Significa romper com a falsa delimitação do normal e do anormal, do sadio e do doente, do não deficiente e do deficiente. Significa admitir que todos pertencemos à mesma espécie e que somos, também, muito diferentes uns dos outros!

Hugo Otto Beyer (2013)

”



Qual é a definição de Educação Inclusiva?

Iniciamos esse debate sobre o direito à inclusão e as mudanças estruturais e pedagógicas possíveis, com as discussões de Maria Teresa Eglér Mantoan, em sua obra *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*, Mantoan (2003) já afirmava que a inclusão não é um favor, mas um direito. Portanto, a escola precisa ressignificar seu papel, assumindo a diversidade como um valor educativo, e não como um problema a ser resolvido.

Partindo desse pressuposto, podemos perceber que a educação inclusiva não é apenas sobre inserir estudantes com deficiência na sala de aula, mas sim sobre garantir sua real participação no aprendizado e na vida escolar.

Nesse sentido, a Educação Inclusiva tem como prioridade incluir plenamente todos os estudantes nas atividades pedagógicas. Ela depende de processos políticos – ou seja, de ações que partem dos órgãos públicos – para ter condições de acontecer na prática.

No centro da Educação Inclusiva está um modelo educacional que procura atender todos os estudantes, considerando as suas diversidades. Baseado nesse entendimento é que muitas pesquisas surgiram para discutir esse cenário, onde também destacamos a contribuição da pesquisadora Enicéia Gonçalves Mendes (2006). Na oportunidade, a autora realiza uma reflexão acerca da radicalização do debate sobre a inclusão educacional, trazendo para discussão a efetividade dicotômica do entendimento sob a ótica da “inclusão total” e “educação inclusiva”.

Somado a esse movimento político, as propostas pedagógicas desenvolvidas nas escolas são fundamentais e devem ser pensadas envolvendo todos os educadores que atuam no “chão” da escola. Obviamente, a formação de professores é o primeiro passo para uma educação inclusiva de qualidade, pois, sem preparação adequada, a inclusão pode se transformar apenas em um discurso sem prática. Vale ressaltar que o suce-

so de possíveis práticas pedagógicas inclusivas dependerá do elo entre a comunidade escolar, estudantes, famílias e a comunidade em geral.

Nesse contexto, é preciso compreender que as diferenças podem se apresentar de variadas formas, seja na perspectiva intelectual, motora, sensorial, racial, social, de gênero, entre outras. Contudo, é preciso salientar que, pela abrangência e envolvimento do debate sobre a Educação Inclusiva, esse curso terá como foco discussões que contemplam a modalidade da Educação Especial. O objetivo é fazer com que você, professor/cursista, passe a refletir acerca de uma prática pedagógica que não seja padronizada e engessada para os múltiplos estudantes. Ao contrário, a ideia passa pela construção contínua de um novo olhar pela escola, desvelando as inúmeras possibilidades pedagógicas para atender os estudantes da vida real.



Atualmente, a pesquisadora Maria Teresa Eglér Mantoan disponibiliza em sua página, na aba *Leis e Documentos*, diversos documentos oficiais, bem como os debates mais atuais sobre inclusão.

[Clique aqui](#) para acessar o site *Inclusão Já!*

Para entender como o tema é tratado pelo Governo Federal, o primeiro passo é conhecer a definição de Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC) que, em 2007, publicou o documento que trata da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nele, o MEC define:

"A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola."

(MEC/SEESP, 2007)

Por se tratar de equidade formal, como o texto do MEC aponta, a inclusão escolar não é apenas uma questão legal ou administrativa, mas um compromisso ético e social que transforma a escola em um ambiente acessível e acolhedor para todos os estudantes. Segundo a Constituição Federal de 1988, "a educação é direito



de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração do desenvolvimento da sociedade, evoluindo ao pleno da pessoa" (Art. 205). Esse princípio ressalta que a inclusão não depende apenas de políticas públicas, mas também da atuação dos educadores e da comunidade escolar. Então, o que realmente significa incluir?

Pensem em nossa própria prática docente:

- nossos estudantes com deficiência participam das aulas e interagem entre si ou apenas ocupam um espaço na sala?
- eles têm acesso a materiais e estratégias adequadas para desenvolver-se enquanto indivíduos?

Refletir sobre essas questões é um primeiro passo para compreender que a inclusão passa pelo ingresso do estudante na escola; porém ela precisa garantir sua real participação, aprendizagem e socialização.



Qual é a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva?

A Educação Inclusiva é, muitas vezes, confundida com a modalidade de ensino da Educação Especial. Embora os dois conceitos estejam interligados, é fundamental compreender suas diferenças. A Educação Inclusiva representa uma abordagem ampla, que tem como princípio garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais. Seu foco está na valorização da diversidade humana e na transformação do ambiente escolar para acolher todos, sem exceção.

Nesse contexto, a Educação Especial está inserida dentro da proposta da Educação Inclusiva, mas com um papel mais específico. Trata-se de uma modalidade de ensino voltada ao Atendimento Educacional Especializado - AEE - de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Sua função é complementar e/ou suplementar a formação desses estudantes, oferecendo recursos e estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades específicas.



Como afirma Maria Teresa Eglér Mantoan (2006):

"a educação especial, entendida como um conjunto de recursos, serviços e apoios, deve estar articulada ao ensino comum para garantir o sucesso escolar do estudante com deficiência".

Quer conhecer sobre os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC para a Educação Infantil e saber como colocá-los em prática?

Clique aqui!

Assim, compreende-se que a Educação Especial é um dos instrumentos da Educação Inclusiva, e não o contrário. A Inclusão propõe a escola como espaço único e comum a todos, enquanto a Educação Especial contribui com apoios e práticas especializadas dentro dessa escola comum.

A partir desse entendimento, consolida-se a ideia de que a Educação Especial, exige por sua essência, reflexões sobre a finalidade da escola, seu papel social, bem como a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. O comprometimento de cada educador envolvido direta e/ou indiretamente no processo, construirá o cenário de ações integrais inclusivas que ocorrem diariamente na escola.

Nesse momento, surgem dificuldades de diversas ordens, como, por exemplo, propostas de separar os estudantes em classes diferenciadas, excluindo os estudantes PAEE e remando na contramão dos direitos de aprendizagem propostos pela BNCC (2018). Trata-se de um caminho que não inclui, mas separa esses estudantes e tira deles a possibilidade de viver as mesmas experiências dos demais.

Para entender melhor a diferença, considere um exemplo prático

Imagine que um estudante com dificuldades motoras finas faz atividades de escrita numa

sala de apoio para aprimorar sua caligrafia, separado da turma - que está criando a lista de produtos para jogar Piquenique com a mesma finalidade. O exercício foca no aprimoramento da escrita e da coordenação motora fina, atendendo à sua demanda de aprendizado, certo? Mas a ideia de separá-lo o exclui da atividade coletiva da sala de aula. Já uma proposta inclusiva seria envolver o estudante na atividade junto com os colegas de forma a considerar suas limitações.

Nessa atividade, cada estudante criaria sua própria lista, selecionando e escrevendo da forma que achar mais apropriado. Um estudante com dificuldade motora conseguiria participar recortando figuras com auxílio ou desenhando, ainda que de forma rudimentar. É possível perceber a mudança no foco com esse exemplo, não é mesmo?

Da mesma forma, um estudante com deficiência visual poderia colaborar com descrições verbais dos itens de sua lista.

Em uma escola inclusiva, todos têm a possibilidade de participar de uma mesma atividade, contribuindo conforme a sua realidade.



Reprodução



Conforme proposto nos cursos de Educação Financeira, os jogos de tabuleiro **Piquenique** e **Pic\$ City** visam o desenvolvimento de habilidades nos mais diversos componentes curriculares voltadas ao planejamento, à tomada de decisões e ao poupar. Com cada componente do jogo, é possível, no entanto, desenvolver as competências gerais, como responsabilidade e cidadania, empatia e cooperação e outros. Basta um pouco de criatividade para que cartas, pinos, tabuleiro, moedas e até mesmo a caixa se transforme numa ferramenta poderosíssima capaz de transformar qualquer aula em um momento divertido de desenvolvimento e aprendizagem para todos os estudantes!

O que é capacitismo?

Ao pensar em Educação Especial na perspectiva inclusiva, é importante mencionar um termo frequente: capacitismo. Você sabe do que se trata? É a ação social que segrega e se baseia na ideia de que as Pessoas com Deficiência (PcDs) são inferiores ou menos capazes. Trata-se de uma lógica que assume que essas pessoas são menos produtivas, independentes ou inteligentes que as demais. No contexto educacional, o capacitismo pode aparecer de diversas maneiras.

Elas vão desde expectativas limitadas quanto ao potencial do estudante até a falta de recursos e suporte adequados para a sua aprendizagem. Assim, a escola ou o profissional acredita que um estudante com deficiência não é capaz de acompanhar o conteúdo ou realizar certas atividades.



Você sabia?

A expressão *Pessoa com Deficiência* ou *PcD* foi estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. Antes disso, diversos termos eram utilizados para se referir a esse grupo, como pessoa portadora de deficiência, pessoa com necessidades especiais e, infelizmente, também expressões pejorativas como aleijado, incapacitado, retardado, entre outras. Utilizar a terminologia correta é fundamental, especialmente ao tratarmos de temas historicamente marcados por preconceitos e estigmas. As palavras que escolhemos refletem o respeito e a dignidade que devemos à milhões de pessoas com deficiência, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e consciente. Para aprender mais sobre os termos que devem ser utilizados, [clique aqui](#) e leia a reportagem da plataforma *Nova Escola* que explica um pouco sobre o assunto.



PARA REFLETIR!

Assista a um vídeo [clikando aqui](#) e reflita sobre o capacitismo antes de continuar a leitura!

O pensamento capacitista tende a criar uma barreira que prejudica a inclusão e o desenvolvimento do estudante. Ele está tão enraizado na sociedade que, muitas vezes, passa despercebido – seja no vocabulário das pessoas ou em atitudes cotidianas. Por exemplo, quando alguém acredita que um indivíduo com deficiência precisa sempre de ajuda sem perguntar antes, ela demonstra um pensamento capacitista. A mentalidade também está presente em piadas sobre

limitações físicas ou intelectuais – mesmo sem intenção de ofender.

Nesse contexto, combater o capacitismo demanda promover uma educação que conscientize, valorize e respeite a diversidade. Todos – incluindo professores, colegas e a comunidade escolar – precisam estar conscientes de como esse pensamento afeta o aprendizado e o bem-estar dos estudantes. Dessa forma, a Educação Inclusiva se torna mais efetiva, considerando e respeitando as habilidades e potencialidades de cada estudante.

Pensando na relevância que assume essa discussão no processo educacional, a *Universidade Estadual de São Paulo - UNESP* elaborou um guia explicativo que contempla o tema, bem como ações não capacitistas no ambiente universitário que podemos adequar para que se efetivem em nossas escolas. [Clique aqui](#) para acessar.

Quais são os princípios da Educação Inclusiva?

Vislumbrando a inclusão de maneira mais efetiva, o *Instituto Rodrigo Mendes* definiu 5 princípios da educação inclusiva para estruturarmos nossas ações e formações.



Na atualidade, eles orientam a definição de alternativas pedagógicas. Confira, a seguir!

1- Toda pessoa tem o direito à educação de qualidade

O primeiro princípio da proposta de Educação Inclusiva é que todas as pessoas têm direito à educação de qualidade, sem qualquer tipo de distinção. É preciso garantir uma escola capaz de acolher cada estudante conforme as suas especificidades, promovendo a experiência estudantil plena.

O princípio se alinha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, ele não se restringe ao Brasil, mas garante os direitos para pessoas do mundo todo. O tema também é tratado especificamente na Constituição Federal de 1988.



2- Toda pessoa aprende

O segundo princípio da Educação Inclusiva mostra a relevância de desconstruir paradigmas envolvidos na aprendizagem. Ele indica que toda pessoa aprende, independentemente das suas particularidades. Elas podem ter diferenças intelectuais, sensoriais ou motoras que não devem ser consideradas um impedimento no processo.

Essa visão é inclusiva por reconhecer que cada estudante possui uma forma única de aprender. Assim, com equipamentos, adaptações ou recursos especiais, todos têm a possibilidade de desenvolver os seus conhecimentos e habilidades.

Freepik



Neuroplasticidade

Um termo muito utilizado na discussão sobre o funcionamento do cérebro humano é a neuroplasticidade, que é a capacidade que o cérebro tem de se adaptar e se modificar em resposta a diferentes situações, independentemente de qualquer deficiência. Por isso, reflexões sobre esse conceito merecem mais atenção por parte de nós, educadores.

No curso de Planejamento Pedagógico ofertado pelo IBS, há espaço para essa reflexão. Você pode conhecer um pouco mais sobre este curso [clikando aqui!](#)

3- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular

Um ponto importante da perspectiva inclusiva da educação é que o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular. Com a universalização do ensino, é comum que as escolas busquem metodologias capazes de atender a todos os estudantes, não é mesmo?

Mas cada pessoa tem seu próprio jeito de aprender. Por exemplo, alguns conseguem compreender melhor os temas por meio de metodologias ativas e da lógica de aprender fazendo. Por outro lado, existem aqueles que preferem trabalhar com métodos mais tradicionais, como a leitura e a escrita.

Entender essa diversidade contribui para que a escola e os educadores promovam as condições adequadas para cada estudante aprender da sua maneira.

Padrões inflexíveis, baseados em metodologias universalizantes e avaliações rigorosas, tendem a levar à exclusão dos estudantes que ainda não possuem comportamento aprendiz ou daqueles que se diferem na forma considerada “padronizada” de aprender. Nesse cenário, cabe promover o dinamismo em sala de aula.

Vale destacar

As atividades transdisciplinares, que envolvem múltiplas linguagens, podem ajudar a abarcar a diversidade da turma, uma vez que diversifica as estratégias de ensino.



4- O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos

O aspecto social da escola tem grande relevância no desenvolvimento dos estudantes. Essa convivência vai além de uma organização para promover a aprendizagem coletiva por ser, em si, um recurso educativo.

A interação entre pessoas diferentes é enriquecedora, já que cada um consegue contribuir com as suas particularidades para o coletivo. A troca colabora para a jornada individual de cada estudante e ajuda no seu desenvolvimento integral.

Quando pessoas de perfis diversificados se reúnem para alcançar um objetivo comum, elas têm a oportunidade de aprender mutuamente e compartilhar os seus saberes. Como resultado, todos podem construir um entendimento mais amplo do mundo e dos temas desenvolvidos pela escola.

Na abordagem inclusiva, o convívio só é positivo quando ele abrange todas as pessoas. Para que isso seja possível, todos devem ter a mesma oportunidade de participação – sem exclusão.



O convívio com o coletivo e suas diversidades é importante, portanto, não só para o estudante com deficiência, para todos. O projeto de Educação Financeira com os jogos do Instituto Brasil Solidário oferece a oportunidade de os estudantes conviverem, desenvolvendo uma atividade dinâmica, divertida e “olho no olho”. Um exemplo disso na prática veio da Escola Ernesto Dorneles, do município de Bento Gonçalves (RS).

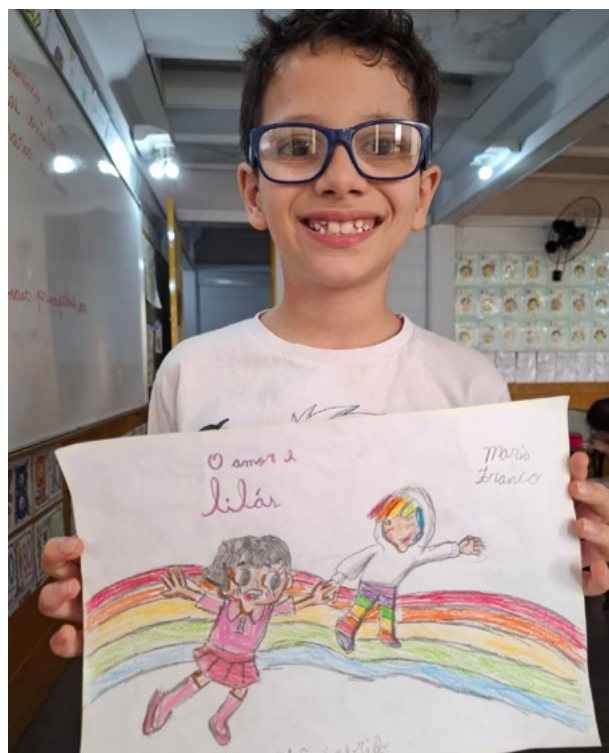
Clique aqui e assista ao vídeo completo!

5- A educação inclusiva diz respeito a todos

O último princípio a ser destacado define que a educação inclusiva diz respeito a todos. Muitas pessoas costumam pensar que a inclusão se limita aos estudantes com deficiência que, em geral, apresentam diagnósticos médicos.

Mas essa é uma necessidade para lidar com as características distintas de pessoas que chegam às escolas. A Educação Inclusiva se orienta pela igualdade, mas sem desrespeitar as diferenças. Um aspecto essencial é que ela não se restringe aos estudantes.

O motivo é que a inclusão se estende a educadores, famílias, gestores escolares e gestores públicos, entre outros entes. Toda pessoa que se relaciona com a escola, direta ou indiretamente, necessita e se beneficia de uma educação inclusiva.



Educação Inclusiva no Brasil: uma contextualização

Desde a Constituição de 1988, o Brasil reconhece a educação como um direito de todas as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação. Mas as escolas e os profissionais ainda enfrentam dificuldades para garantir esse direito, considerando as diferenças entre os estudantes. Uma das fragilidades das instituições de ensino brasileiras e profissionais da área está em atender às diferentes demandas de estudantes, oferecendo condições iguais para que todos consigam se desenvolver integralmente. Por esse motivo, a Educação Especial na perspectiva inclusiva entrou no centro de um debate que visa tornar a escola mais diversa e plural.

Como a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva surgiu?

Ao estudar sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é interessante aprender sobre a relevância assumida pelos movimentos políticos que se fizeram presentes. Afinal, a proposta tenta mudar um paradigma de pensamento muito comum nesse meio ao defender que todas as pessoas conseguem aprender. Para entender essa trajetória, vale a pena conhecer algumas ações empreendidas.

A trajetória de enfrentamentos assumidos pela e na Educação Especial tem seu início pautado no caráter de segregação na educação, justificado pela crença de que as pessoas diferentes seriam melhor cuidadas se confinadas em ambiente separado. Porém, alguns movimentos de luta foram se consolidando na busca de fortalecer os direitos voltados para as pessoas com deficiência e, fazendo um recorte na história, alguns estudiosos no século XVI começaram a acreditar na possibilidade de educar os que até então eram considerados ineducáveis.

Durante muito tempo, projetou-se o delineamento da história da Educação Especial no mundo, mas foi apenas a partir do século XIX que a Educação Especial começou a ganhar força, passando a se respaldar nos documentos legais, nos planos e nas Políticas Educacionais. No que tange a legislação e Políticas Públicas de Educação do Brasil, essas se propuseram ofertar e garantir o atendimento educacional voltado para o PAEE. A ideia de complementaridade à escolarização, ou seja, incluir os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação na educação regular para todos, se trata de uma construção e investimento a longo prazo.



Dois marcos fundamentais em 2002 que merecem destaque, foram a Lei nº 10.436/2002 e a portaria nº 2.678/2002 do Ministério da Educação (MEC). A primeira lei, refere-se ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Já no que se refere a portaria, aprovou o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

EXPECTATIVA X REALIDADE

Embora tenha sido institucionalizada a aprendizagem da Grafia Braille, o país ainda enfrenta uma grande dificuldade: a falta de equipamentos. São poucas as empresas que fornecem este serviço, o que acarreta custos extremamente elevados. A boa notícia é que qualquer escola da rede pública, biblioteca pública ou instituição sem fins lucrativos pode solicitar livros em Braille. Para isso, é preciso enviar uma solicitação ao Instituto Benjamin Constant. [Clicando aqui](#), é possível acessar informações e documentos.



Programa Educação Inclusiva do MEC

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Educação Inclusiva. O foco era apoiar as transformações na educação, auxiliando os gestores e educadores para oferecer uma educação mais inclusiva.

O Programa Educação Inclusiva possui uma publicação que apresenta experiências e relatos de boas práticas de ensino que propiciam as condições necessárias para a inclusão de todos os alunos, valorizando as diversas formas de aprender, compreender o mundo e dar significado a ele. [Clique aqui](#) para baixar o material *Experiências Educacionais Inclusivas*, fruto de um trabalho de todos os educadores envolvidos no programa, que além de enriquecer as fontes de pesquisa e investigação sobre a inclusão em nosso país, nos coloca diante do compromisso de garantir o acesso e a qualidade do ensino para todos.

Demais propostas e os direitos da pessoa com deficiência na educação

A história da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil é marcada por diferentes iniciativas, projetos e leis. Após o programa lançado pelo MEC, foram instauradas novas diretrizes e orientações. Assim, as pessoas envolvidas na educação reafirmam o seu compromisso com o respeito e a valorização da diversidade.

A Educação Inclusiva é amparada por leis que garantem o direito à aprendizagem a todas as pessoas. Algumas delas abordam especificamente as PcDs que, embora não sejam o único público a necessitar de inclusão, enfrentam barreiras adicionais que exigem medidas mais diretas. As leis que tratam do tema são marcos a serem destacados quando se pensa nos avanços da Educação Especial no Brasil. Portanto, conhecê-las é saber um pouco mais da história da inclusão desse público. Além disso, trata-se de uma forma de conhecer os direitos dos estudantes.

Você já teve contato com alguns desses marcos, mas vale a pena se aprofundar no que eles representam para as pessoas com deficiência. A seguir, conheça as principais diretrizes, decretos e leis sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil!

Decreto 3.298/1999 **Política Nacional para a Integração** **da Pessoa com Deficiência**

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Ele consiste em um conjunto de regras cujo objetivo é garantir que as PcDs possam exercer plenamente os seus direitos. A norma considera tanto os direitos individuais quanto os sociais. Para tanto, o decreto define que é responsabilidade dos órgãos e entidades governamentais garantir que as pessoas com deficiência possam exercer todos os seus direitos básicos.

Ele inclui o direito a todos os aspectos que fazem parte do seu bem-estar pessoal, social e econômico – abrangendo a educação. Mas, para saber quem é esse público, você também precisa entender o que o decreto considera como deficiência. Conforme a lei, é considerado deficiência toda perda ou alteração em uma parte do corpo ou do neurodesenvolvimento que impede alguém de realizar atividades consideradas comuns para a maioria das pessoas.

Ainda, o decreto aborda o conceito de incapacidade. Nesse caso, trata-se de uma diminuição significativa da capacidade de se integrar socialmente. Com isso, a pessoa precisa de equipamentos, adaptações ou recursos especiais para se comunicar e cuidar de seu bem-estar ou realizar suas atividades.



Resolução 2/2001 **Diretrizes Nacionais para a Educação** **Especial na Educação Básica**

Outro marco para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular foi a Resolução 2/2001. Ela estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. A lei determina como deve ser a inserção de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento e/ou deficiência na educação básica.

O documento abrange todas as etapas e modalidades envolvidas. Pela resolução, ficou definido que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, organizando-se para oferecer o acompanhamento adequado. Assim, a instituição deve assegurar a educação de qualidade a todos.

A resolução desempenha um papel essencial para o entendimento da educação especial no Brasil e a definição dos direitos das PcDs. Primeiramente, ela assegura igualdade, ao criar oportunidades para que esses estudantes se preparem tanto para o mercado de trabalho quanto para a vida em sociedade.

A igualdade de acesso ao aprendizado é indispensável para que todos tenham condições de aprimorar suas habilidades e contribuir para a comunidade. Outro ponto importante é que a Educação Especial tem o foco em promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa proposta educativa abrange aspectos intelectuais, físicos, sociais e profissionais. Consequentemente, uma perspectiva integral permite que cada estudante, independentemente de suas necessidades, alcance seu pleno potencial.

Além disso, essa visão renovada valoriza a diversidade e as diferenças no ambiente escolar, promovendo uma cultura de respeito e inclusão. A Resolução 2/2001 também reconhece as histórias, identidades e culturas de grupos historicamente excluídos. Assim, ela ajuda a promover maior representatividade e a construir uma sociedade mais justa, em que todos tenham o direito de serem vistos e respeitados por suas singularidades.



Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), é outro do-

cumento relevante para o direito das PcDs. Esse é um tratado cujos Estados Partes – ou seja, os países participantes – se comprometem com os direitos desses indivíduos.

A convenção tem o objetivo de promover, proteger e assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais a esse grupo. Ela também visa promover o respeito à dignidade dessas pessoas, simbolizando um compromisso global com a inclusão e a igualdade. O tratado proíbe a discriminação e enfatiza a importância da acessibilidade, da educação inclusiva, do direito ao trabalho e da autonomia. Assim, ele é uma iniciativa mundial para que as pessoas com deficiência possam viver de forma independente e participar plenamente da sociedade.

Um dos principais impactos da convenção foi estimular a reforma legislativa e de políticas públicas em países signatários, como o Brasil. Diversas nações adaptaram suas leis para garantir a inclusão das PcDs, promovendo a acessibilidade em espaços públicos e privados e o acesso igualitário à educação.

O Brasil também assinou um compromisso extra junto da convenção, chamado Protocolo Facultativo. Desse modo, ele se comprometeu a seguir metas de inclusão para pessoas com deficiência. Por conta dessa participação, o país precisa mostrar ao Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência os resultados e avanços que faz na área. Então há um acompanhamento próximo para garantir que as ações implementadas sejam realmente efetivas.

Assim, o papel da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é o de conscientizar a população. Contudo, ela também estabelece iniciativas práticas para viabilizar a inclusão e garantir que esses direitos sejam exercidos por completo.

Marcos importantes que alavancaram a Educação Inclusiva

Em se tratando dessa realidade e, considerando os marcos normativos/legais, percebemos que esses são fundamentais para a compreensão e clareza das discussões acerca da temática. É importante destacar que os principais documentos legais que ordenam e regulam os procedimentos da Educação Inclusiva estão postos através de uma jornada histórica, modificando de forma concreta todo o cenário de atendimento aos estudantes. A título de exemplificação, temos:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Mundialmente, também existem movimentos para a inclusão de todas as pessoas na educação e em demais atividades da vida cotidiana. O principal deles é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja primeira publicação ocorreu em 1948.

Apesar de não tratar especificamente das pessoas com deficiência, voltadas para a especificidade da Educação Especial, ela firma um compromisso mundial pela igualdade de direitos para todos os seres humanos. A declaração serve como base para pensar na importância da inclusão em todo o mundo.

- **Convenção da Guatemala**

Foram diversas as iniciativas no Brasil e ao redor do globo com foco em tornar os espaços mais inclusivos – não somente as escolas. Uma das grandes mudanças na forma de pensar essa adaptação aconteceu com a promulgação da Convenção da Guatemala, em 1999, pelo Decreto N° 3.956/2001.

O documento defende que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e liberdades que as demais. Assim, ele indica que a discriminação ou diferenciação do ser humano com base nas suas deficiências fere esse princípio.

A Convenção da Guatemala iniciou uma discussão no meio educacional que levou à revisão da Educação Especial. Naquele momento, foi possível compreender que, mesmo oferecendo o

desenvolvimento para as pessoas com deficiência, as práticas geravam exclusão.

- **Declaração de Salamanca**

Essa declaração elaborada na Espanha em 1994, é um documento das Nações Unidas que ofereceu um ordenamento de ações que preconizavam os encaminhamentos educativos com ênfase na Educação Inclusiva. Com ela, passou-se a considerar a inclusão como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, sendo, portanto, as escolas inclusivas o meio mais eficaz no combate da discriminação.

Entende-se, então, que as escolas passariam a acolher todas as crianças, independentemente de suas condições motoras, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, assim, como, também, deveriam acolher crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994).

Em que pese todo o contexto histórico em prol da efetivação de uma educação que de fato seja inclusiva, não se pode desconsiderar que ainda há muitos desafios a serem percorridos. Reafirmamos que, neste curso, teremos como base de reflexão a realidade da modalidade da Educação Especial. Será possível, então, pensarmos a práxis, ou seja, a reflexão sobre a nossa prática pedagógica que vem ao encontro do atendimento dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.



Redes de apoio da Educação Especial na perspectiva Inclusiva

Para se familiarizar com os princípios da Educação Especial e Inclusiva, bem como ter conhecimento acerca das principais diretrizes, decretos e leis, você também precisa saber o que são as redes de apoio previstas nesta abordagem. Afinal, viabilizar a aplicação da proposta demanda que exista um pacto coletivo – que depende da participação de diferentes partes.

Abaixo, explicamos o papel de cada agente fundamental dessa rede de apoio, seja ele uma pessoa, um coletivo ou mesmo algo material, mas que é essencial.



Professores

Quando se fala em educação, o primeiro profissional que vem à mente é o professor. Ele é o principal responsável por levar para a ação as propostas e os projetos pedagógicos. Então, é fundamental que o docente regular esteja envolvido na abordagem inclusiva.

Ele participa criando um ambiente que apoie a diversidade, além de adaptar o ensino e oferecer o suporte adequado para os estudantes. Mas o professor não pode estar sozinho na missão, fazendo com que outros profissionais e recursos sejam necessários na formação dessa rede.

Profissionais de apoio

Existem mais profissionais importantes para a promoção de uma educação mais completa e plural. Eles podem ser terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos escolares e outros funcionários especializados.

Um dos agentes essenciais na Educação Inclusiva é o professor de apoio, que tem formação para atender a estudantes com deficiência. Ele tem a função de auxiliar a promover a autonomia e a independência desses estudantes.

O profissional de apoio pode atuar em todas as atividades escolares e em todos os níveis de ensino. Ele fortalece a compreensão das demandas individuais dos estudantes e ajuda os educadores a encontrarem caminhos para promover a aprendizagem.



Siddika Akter - Vecteezy



Colegas de classe

Você viu que a coletividade promovida pela escola é imprescindível, não é mesmo? Nesse contexto, as interações entre os colegas têm um papel crucial no desenvolvimento de todos. Por essa razão, deve-se criar um ambiente de compreensão, respeito e amizade.

Os próprios colegas podem ajudar na aprendizagem e contribuir com as suas habilidades nas tarefas – gerando resultados mais significativos. Para facilitar a criação desse ambiente de colaboração, as escolas devem implementar atividades que incentivem a amizade e a compreensão.

São exemplos as dinâmicas de grupo, os jogos cooperativos e os projetos comunitários. Essas atividades promovem a socialização e auxiliam a construir laços entre os estudantes – criando um clima de cooperação.

Considere que, quando os estudantes se sentem parte de uma comunidade, eles se tornam mais motivados e engajados. A postura se reflete no aprendizado e na construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Famílias

A relação entre a família e a escola é decisiva para o desenvolvimento dos estudantes. Em um contexto inclusivo, a parceria é ainda mais relevante. Tenha em mente que a família pode fornecer informações indispensáveis sobre as necessidades dos estudantes.

Da mesma forma, os familiares têm a possibilidade de auxiliar em casa na continuidade do que foi desenvolvido em sala de aula. Dessa maneira, uma boa relação entre a família e a escola, baseada na comunicação aberta, é fundamental para o ambiente inclusivo.

Com isso, os estudantes se sentem mais seguros e acolhidos, tanto em casa quanto na escola. Além disso, seu desenvolvimento tende a se tornar mais consistente.



Miniwid Studio - Vecteezy

Demais educadores

Quando se pensa na figura de um educador, é comum que ela seja associada exclusivamente ao professor. Mas, em uma escola, todos os profissionais trabalham pelo objetivo da educação. Logo, eles também são educadores.

Portanto, para a instituição ser inclusiva, toda a equipe deve estar treinada e envolvida para proporcionar essa integração. A formação contínua e a sensibilização sobre as práticas inclusivas são essenciais para garantir que cada profissional esteja preparado para contribuir efetivamente.

Quando todos compreendem a importância da inclusão e como suas funções impactam o aprendizado dos estudantes, cria-se uma cultura escolar mais acolhedora. Se toda a equipe da escola trabalhar em sintonia, ela fica mais bem preparada para atender à diversidade dos seus estudantes.

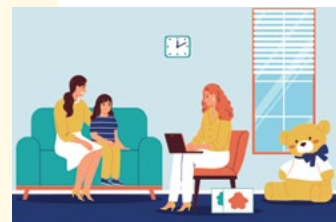


Freepik

Gestores escolares

Os gestores escolares também são figuras centrais para a criação das políticas inclusivas, o desenvolvimento das atividades e a mobilização dos recursos necessários. Como eles assumem a frente da escola, esses profissionais devem se responsabilizar por promover um espaço de integração.

Eles precisam buscar o suporte necessário em profissionais e materiais para apoiar a jornada dos professores. Dessa maneira, os gestores garantem que cada estudante tenha as condições básicas para o seu desenvolvimento integral.



Freepik

Espaço escolar e materiais de apoio

O ambiente físico da escola é o espaço onde a aprendizagem acontece, desempenhando um papel fundamental na aplicação da proposta pedagógica. Portanto, ele deve ser projetado para atender à diversidade das demandas dos estudantes.

Para isso, é preciso verificar as adaptações necessárias e os recursos para cada necessidade. Considere que se trata de um processo dinâmico, que se desenvolve à medida que a escola e os profissionais de ensino identificam as novas demandas.

Adicionalmente, os materiais de apoio são essenciais para facilitar o aprendizado. Eles podem ser recursos como livros em Braille, *softwares* de leitura para estudantes com dificuldades visuais e ferramentas de comunicação alternativa, entre outros.



Freepik



Você sabia?

O Ministério da Educação disponibiliza gratuitamente um acervo de 50 livros didáticos e paradidáticos para escolas públicas, bibliotecas públicas e ONGs que atendam pessoas com deficiência visual.

Clique aqui para saber mais!

Toda essa sistematização de ações articuladas pelos gestores escolares deve constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que, por sua vez, é construído a várias mãos, envolvendo todos os educadores da unidade escolar, bem como os estudantes, as famílias e comunidade escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), o PPP é um documento que deve ser elaborado por todas as unidades escolares, seja esta pública ou privada, se fazendo essencial para nortear suas ações.

Deste modo, a relevância do documento alcança as ações de criação de meios em que as unidades escolares possam desenvolver estratégias para a acessibilidade por todos os estudantes, bem como soluções educacionais pedagógicas para que todos e todas, sem distinção, tenham o direito de aprendizagem garantido. O trabalho pedagógico colaborativo voltado para o ensino de estudantes PAEE em classes comuns deverá se fazer presente nas articulações pedagógicas que compõem o PPP, se constituindo enquanto instrumento vivo que deverá ser trabalhado no “chão” da escola, cotidianamente, sendo passível de intervenções através de constantes revisões e acréscimos a partir da devolutiva/realidade do movimento de inclusão que ocorre nas unidades escolares.

Pensando na importância deste documento e buscando apoiar gestores e educadores, o Instituto Brasil Solidário criou um guia para elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico.

Clique aqui para baixar e conferir!



Experiência IBS

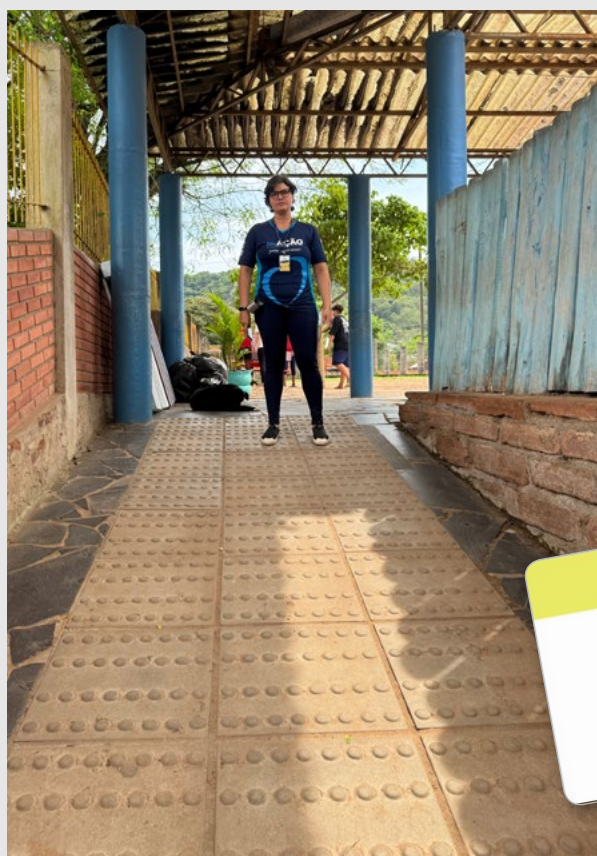
Ao longo de mais de 25 anos de trabalho e acumulando experiências a partir da realização de ações nas escolas de todo o Brasil, o Instituto Brasil Solidário vem construindo um histórico de iniciativas muito positivas, várias delas voltadas para a inclusão de educadores e estudantes com deficiência. Como exemplos práticos, temos:

- a doação de livros literários em Braille e também no formato de audiolivro para a Escola Municipal Professora Laurita de Souza Ribeiro, em Camaçari (BA), no ano de 2022, para contemplar alunas com deficiência visual;
- a adaptação do jogo Piquenique, que passou a trazer *QR Code* nos componentes

da versão física do jogo, possibilitando o direcionamento para a interpretação dos textos das cartas em Libras, ampliando a inclusão do público surdo;

- a impreterível escolha por escolas e espaços acessíveis para a realização de ações e eventos, permitindo o livre acesso e locomoção das pessoas com algum tipo de deficiência em toda e qualquer atividade do Instituto.

Clique aqui para assistir ao vídeo que apresenta o resultado das Oficinas de Arte e Cultura realizadas na EM Professora Laurita de Souza Ribeiro, em Camaçari (BA) e veja um recorte do trabalho inclusivo promovido pelo IBS.



Ainda que possamos contar com as diversas redes de apoio para promover uma educação que valorize a diversidade de aprendizagens, a proposta ainda enfrenta desafios no Brasil. Vale a pena conhecer esses entraves e buscar formas de lidar com eles para que não impeçam a inclusão de acontecer.

Quais são os desafios da educação inclusiva no Brasil?

Depois de dominar as teorias sobre o tema em debate, veja alguns dos principais pontos que dificultam a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras!



Infraestrutura e recursos adequados

Um dos elementos centrais da viabilidade de uma educação inclusiva é a infraestrutura e os recursos adequados para promover a integração de todos os estudantes. As escolas precisam ter um espaço físico capaz de receber pessoas com diferentes necessidades. Nesse contexto, é importante ter acessibilidade física, como rampas e banheiros adaptados, materiais acessíveis e equipamentos de apoio. As tecnologias assistivas também desempenham um papel crucial na proposta.

Recursos como leitores de tela para estudantes com deficiência visual e dispositivos de amplificação sonora para deficientes auditivos são grandes aliados. Porém, embora fundamentais, muitas vezes, as tecnologias assistivas são consideradas recursos complementares – e não uma prioridade.

Diante disso, surge a falta dos equipamentos, que afeta diretamente a autonomia e o desempenho dos estudantes com deficiência, prejudicando a sua experiência. Ainda, quando não há preparo do espaço, os professores tendem a ficar sobrecarregados.

Nesse contexto, os profissionais devem se dobrar para desenvolver atividades, usando a própria criatividade para tentar lidar com a limitação que a infraestrutura e os recursos insuficientes geram. Com a intensa demanda de trabalho de um professor, nem sempre ele consegue atender às necessidades de todos os estudantes.

Os jogos de Educação Financeira do IBS são recursos educacionais valiosos para a inclusão de estudantes com deficiência, pois podem ser adaptados de diversas formas para atender às necessidades específicas de cada estudante.

Se for o caso, cada escola pode ajustar os componentes dos jogos de acordo com a necessidade, tornando-os acessíveis a estudantes com deficiência visual, intelectual ou motora, como por exemplo: tabuleiro e pinos do Piquenique com adaptações táteis, cartas em Braille, cores contrastantes, regras flexibilizadas e outras ideias.

Os jogos são poderosas ferramentas que favorecem a interação social, estimulando habilidades como comunicação, tomada de decisão e raciocínio lógico em um ambiente colaborativo.

Fique por dentro de todas as novidades sobre os jogos de Educação Financeira do IBS acessando os sites **Vamos Jogar e Aprender** e **PIC\$**.





Formação de professores

Aliado ao espaço físico está o preparo dos professores. Com frequência, a formação dos docentes deixa de lado ou aborda de maneira superficial a inclusão de estudantes com deficiência ou outras demandas específicas na educação.

Como resultado, falta instrução para lidar com a realidade concreta da Educação Especial. É comum que o preparo para a educação inclusiva fique restrito apenas aos professores de apoio que lidam diretamente com essa clientela em atendimento na sala de recursos multifuncionais.

Mas implementar uma mudança efetiva nas escolas exige que as formações iniciais também se dediquem ao tema. Por exemplo, as licenciaturas devem preparar os professores para entender as transformações sociais e para lidar com a diversidade entre os estudantes.

Além disso, as escolas podem buscar treinamentos e cursos que possam ser repassados aos professores e demais profissionais de ensino para auxiliar na implementação de uma educação inclusiva.



Adaptação do currículo

Você já sabe que a abordagem inclusiva demanda promover atividades em que todos os estudantes possam participar, sem excluir nenhum deles, certo? Mas como isso acontece na prática, quando existe um currículo padronizado?

Currículos rígidos e inflexíveis frequentemente não consideram as singularidades de cada estudante, especialmente quando ele apresenta uma deficiência ou outras demandas específicas. Logo, entre os desafios da valorização da inclu-

Falando em formação...

O IBS passou a ofertar cursos de formação continuada no formato EaD para os educadores de sua rede parceira desde 2020. Alcançando os mais diversos públicos, torna-se um compromisso incluir todos nesse formato. Além dos recursos de acessibilidade para educadores matriculados, o instituto disponibiliza seus vídeos com [legenda descritiva](#), [audiodescrição](#) e [Libras](#).

são, está a adoção de propostas pedagógicas diversificadas, nas quais se faz necessário conhecer bem as especificidades de cada indivíduo. As escolas, por sua vez, deverão tomar por base as normas e diretrizes curriculares do Brasil para elaboração do **Plano de Ensino Individualizado - PEI** (falaremos com detalhes desse documento mais a frente), adotando como parâmetro a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, flexibilizando e adaptando o currículo, considerando o rendimento e a aprendizagem desses estudantes da Educação Especial. Partindo desse contexto, o PEI pode ser compreendido como um plano de ações, ou seja, uma elaboração sistemática.

Para isso, é preciso oferecer espaço e tempo para a personalização do aprendizado. Partindo desse entendimento, reafirma-se a necessidade de que a escola ofereça ações através de um Plano de Ensino Individualizado - PEI adequado às necessidades desses estudantes, ou seja, o movimento educacional em que os membros da equipe apresentam detalhadamente o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com o estudante e definem, de acordo com as demandas possíveis que são pensadas singularmente, de que forma será executado o que foi planejado.

Alguns caminhos que se destacam são a utilização de metodologias ativas e que podem ser pensadas dentro da elaboração do PEI. Essas metodologias ajudam os estudantes a aprenderem em seus próprios ritmos. Contudo, em muitos casos, as adaptações requerem preparo dos professores e recursos adicionais, o que pode ser difícil quando há um cronograma para cumprir.

Em nosso curso de Planejamento Pedagógico, nós também temos espaço para discutirmos sobre a utilização de metodologias ativas na escola e como essas ferramentas pedagógicas ajudam a transformar o ensino. Já conhece o nosso curso? [Clique aqui](#) para assistir ao vídeo de apresentação e saiba mais!



Preparo para atender à diversidade

Entre as barreiras que a educação inclusiva enfrenta está a falta de parceria com a comunidade. O problema também ocorre dentro da escola, com o possível despreparo da equipe para atender à diversidade dos estudantes. Mesmo que existam campanhas e leis, o preconceito e a falta de conhecimento ainda existem – muitas vezes, de maneira inconsciente –, afetando as relações escolares. Há o risco de colegas e até os profissionais envolvidos reforçarem a segregação, mantendo práticas que excluem, em vez de integrar.



ATENÇÃO!

Alcançar esse objetivo envolve ter programas de capacitação que ofereçam formação sobre diversidade e inclusão.

Assim, os educadores precisam de apoio constante para aprimorar suas habilidades e conhecimentos sobre as melhores práticas de inclusão.

A equipe pode aprender sobre metodologias diversificadas, estratégias de ensino e uso de tecnologias assistivas. Com esse suporte, aumentam as chances de os educadores se sentirem seguros e preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Da mesma forma, deve haver a conscientização entre os colegas para que eles reconheçam e valorizem as diferenças na escola. Elas passam por campanhas para evitar o *bullying* e a discriminação nesse ambiente.

Como você pôde ver, a educação inclusiva renova a forma de lidar com as diferenças na escola. A abordagem tem uma jornada de avanços, mas ainda existem desafios significativos para ela se tornar realidade. Contudo, a conscientização e o aprendizado sobre o tema são passos indispensáveis para atingir o objetivo de ter uma educação que inclua todos os estudantes.





Parceria com a comunidade

A aprendizagem é responsabilidade de todos, significando que a inclusão não é dever apenas da escola, mas de toda a comunidade. Entretanto, ter essa parceria ainda é um desafio por envolver a mobilização de diversos setores e a construção de uma cultura colaborativa em que cada um reconheça seu papel.

A comunidade precisa se envolver ativamente, proporcionando suporte e recursos, além de criar um ambiente de respeito e aceitação. Um dos principais desafios nessa parceria é a conscientização sobre a importância da inclusão e a superação de preconceitos.

Muitas vezes, os membros da comunidade não têm consciência das necessidades dos estudantes com deficiência ou das práticas inclusivas que podem ser adotadas. Por consequência, existe uma tendência à resistência ou falta de ação em relação ao engajamento na causa.

Cabe observar que, quando a comunidade se une para tornar a educação inclusiva, ela apoia os estudantes com deficiência, ao mesmo tempo que enriquece o aprendizado de todos os estudantes.

Você sabia?

Ubuntu é um conceito filosófico africano que expressa a importância da participação de todos na efetiva promoção do indivíduo: “eu sou porque nós somos”, ou seja, ninguém se desenvolve sozinho e sim, com a ajuda dos demais.



Para finalizar



Como vimos, para garantir uma escola inclusiva é preciso mobilização das autoridades competentes, conscientização da comunidade e adequações do ambiente e do espaço físico escolar conforme as turmas, mas nada é mais fundamental do que a força da união e da colaboração de todos os envolvidos no processo. A empatia é, ainda, uma das competências mais essenciais para se praticar a inclusão com sucesso: ter a capacidade de se colocar no lugar do outro é uma das soluções mais efetivas para criar uma sociedade mais equitativa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. *Doenças neuromusculares e seus impactos na mobilidade*. Editora Saúde & Vida, 2019.

BARREIRO et al. *A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo*. *Childhood & philosophy*, vol. 14, núm. 30, pp. 517-534, 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.re-dalyc.org/journal/5120/512057166015/html>> . Acesso em: 20/12/2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: [10/02/2025].

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>> . Acesso em: [19/02/2025].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> . Acesso em: [19/02/2025].

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13456-rceb004-09&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: [08/02/2025].

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> . Acesso em: [09/02/2025].

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de janeiro de 2011. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>> . Acesso em: [05/02/2025].

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> . Acesso em: [01/02/2025].

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> . Acesso em: [09/02/2025].

BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes>> . Acesso em 26/03/2025.

DINIZ, Débora. *Deficiência e desigualdade*. Editora Fiocruz, 2012.

GLÁT, Rosana; FERNANDES, Fernandes. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

OLIVEIRA, P. *Paralisia cerebral e o desenvolvimento motor*. Editora Universidade, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: um guia prático*. Editora WVA, 2006.

_____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, L.; SOUZA, M. *Lesão medular e adaptação funcional*. Editora Reabilitação Integral, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2003.



Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados



Instituto
**BRASIL
SOLIDÁRIO**

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS
www.brasilsolidario.org.br